

Poder e hegemonia acadêmica: existe  
“a tal” da História Econômica  
Regional?

*Power and Academic Hegemony: Does  
Regional Economic History Exist?*

<https://doi.org/10.26512/rhh.v12i25.55577>

**Alcides Goularti Filho**

<https://orcid.org/0000-0002-0808-4486>  
Universidade do Extremo Sul Catarinense  
alcides@unesc.net

**Rogério Naques Faleiros**

<https://orcid.org/0000-0003-1209-8458>  
Universidade Federal do Espírito Santo  
rogerio.faleiros@ufes.br

### **Resumo**

Este artigo procura polemizar acerca de certa naturalização existente no campo da História, particularmente a Econômica, segundo a qual alguns trabalhos são classificados como trabalhos regionais, o que indica em certo critério de diferenciação, e outros não. Argumentamos que tal definição deriva de certo poder, derivado do exercício de certo capital simbólico emanado dos grandes centros de pesquisa sediados, sobretudo, no Rio de Janeiro e São Paulo, num momento em que concentravam os maiores programas de pós-graduação em História no país.

### **Palavras-chave**

História Econômica Regional, Poder Simbólico, historiografia, Região.

### **Abstract**

This article seeks to polemicize against a certain naturalization that exists in the field of history, especially economic history, according to which some works are classified as regional works, which indicates a certain differentiation criterion, and others are not. We argue that this definition derives from a certain power, derived from the exercise of a certain symbolic capital, emanating from the large research centers located mainly in Rio de Janeiro and São Paulo, at a time when they concentrated the largest graduate programs in history in the country.

### **Keywords**

Economic History, Symbolic Power, historiography, Region.

## Parafraseando Paul M. Veyne e “espantando-se com o óbvio”.

O que comumente se cognomina de maneira naturalizada como “História (Econômica) Regional” (ou local) merece o devido tratamento historiográfico, visto que envolve diversos debates, variáveis e escalas (nos termos de Jacques Revel) em sua definição. Contudo, para além destes aspectos, a classificação “regional” apresenta-se eivada por certo *poder simbólico acadêmico* (da ordem do conhecimento e do reconhecimento, dependente dos sistemas cognitivos de agentes que operam classificações): por que algumas obras de caráter regional não recebem tal alcunha, são tidas como *cosmopolitas*, enquanto outras, por vezes tidas como “*paroquiais*”, sim? Para além desta pergunta, percorrem os corredores, em voz baixa, certa atribuição subliminar a este tipo de história como marcadamente menor, monográfica, não profissional, de “fim de semana” (a eterna pecha atribuída a Philippe Ariès), ou mesmo memorialista, conservadora (regionalismo freyriano), praticada por colecionadores de folclores, de fatos, de fotos e de selos que, com certo ar de *mesquinharía documental*, se lançam ao *métier d’Historien*.

Entre seus cânones nacionais, a História Econômica possui em seu desenvolvimento como área do conhecimento histórico diversos esforços de investigação que se centraram em recortes regionais bem delineados. É o caso de Maria Bárbara Levy em *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro* (1977), e *A Indústria no Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas. Esboços de uma história empresarial* (1979), ou mesmo Flávio Azevedo Marques de Saes em seus clássicos: *As ferrovias de São Paulo 1870-1940* (1981) e *Grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira: 1850-1930* (1986).<sup>1</sup> Contudo, em nossa trajetória profissional de, em média, três décadas de atuação no campo da História Econômica, nunca nos deparamos com a atribuição de “regional” a estas pesquisas. Por quê?

Ora, a resposta inicial parece um tanto óbvia: simplesmente este não era um problema para estes pesquisadores, ao que chegamos ao ponto de nossa argumentação: Toda história envolve recortes de periodização e geográficos

---

<sup>1</sup> Ver LEVY, Maria Barbara. *História da bolsa de valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ibmec, 1977; LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas: esboços de história empresarial*. Vol. 31. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994; SAES, Flávio Azevedo Marques de. *As ferrovias de São Paulo, 1870-1940*. São Paulo: Editora Hucitec/INL – MEC, 1981 e SAES, Flávio Azevedo Marques de. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira 1850-1930*. Vol. 21. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

subsumidos à problemática de pesquisa. Ou, na célebre frase de Paul M. Veyne (1998, p. 34): “(...) **somente existe história de...** [grifo nosso], pois a história é uma ideia limite inacessível, ou, antes, uma ideia transcendental. Não se pode escrever essa História; as historiografias que se acreditam totais, sem se darem conta, enganam o leitor sobre a sua mercadoria, e as filosofias da história são um *nonsense* que resultam da ilusão dogmática, ou melhor, seriam um *nonsense* se não fossem, quase sempre, filosofias de uma **história de...** [o próprio modo de produção atua como critério de periodização, de recorte], dentre outras, a história nacional”.<sup>2</sup>

Assim, para tais cânones, afeitos ao ofício, a problemática do atributo “regional” à História Econômica talvez se configure como uma falsa questão. Como ensina a boa prática profissional, ambos partiram de um problema, recorrente em determinada periodização e espaço, cujos marcos possuem sentido lógico a ele atrelados, a partir dos quais operaram a demarcação de seu elenco de fontes documentais. Inequívoco que a questão da bolsa de valores no Rio de Janeiro e das ferrovias e grandes empresas do setor público estão imiscuídas na dinâmica mais geral dos fluxos de capitais internacionais, investimentos diretos ou em carteira, nucleados, pelas periodizações propostas, a partir de Londres. Contudo, a problemática estabelecida, qual seja, a formação e o desenvolvimento do capitalismo num país subdesenvolvido sob o prisma dos investimentos, reclama um olhar especial (um recorte) sobre as praças do Rio de Janeiro e São Paulo entre os séculos XIX e XX. É a “**história de...**” sendo tecida a partir da significativa documentação colhida e pela notável competência dos autores.

Mas, como dito acima, opera-se aí uma distinção. Embora **também** regionais estes estudos nunca foram reconhecidos pelo campo como tal. Inferimos que isso se deve à centralidade econômica ocupada pelo Rio de Janeiro e por São Paulo no processo de modernização brasileiro, constituindo-se a partir daí, e, por decorrência, a partir de suas Universidades, *locus* de produção historiográfica e inspiração para pesquisas oriundas e derivadas de dissertações e teses de doutoramento em diversas partes do país, notadamente a partir do crescimento do número dos programas de pós-graduação no Brasil.

Estabelece-se, assim, uma espécie de *capital originário simbólico* (referindo-nos à posição dos agentes no campo de representação social), a partir do qual se

---

2 VEYNE, Paul. Como se escreve a História; Foucault revoluciona a História. 4ª ed. Brasília: Editora da UnB, 1998, p. 34-5.

tece uma plêiade de estudos voltados a outras regiões do país, o que, *malheureusement*, resulta em certa emulação em alguns casos, mas, a rigor, possui o condão de ampliar o edifício teórico e metodológico da própria História Econômica. Nesta esteira, estudos como *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920)*, de 1977, escrito por Warren Dean, e *Vassouras: um município brasileiro do café 1850-1900*, de 1957 e traduzido ao português em 1986, escrito por Stanley J. Stein são também relevantes, visto que se valeram de estudos municipais (*county*) buscando elucidar possíveis regularidades da realidade econômica e social brasileiras.<sup>3</sup> Assim, longe de ser uma modalidade de “sub-história” de trato meramente documental e positivista, os recortes ditos “regionais” são fundamentais, senão imanentes, ao fazer histórico. Nesse sentido, **toda história é regional**. Entretanto, **simultaneamente**, mas não contraditoriamente, **não o é**, pois a História reclama contextos, cenários, estruturas de longa duração e fatos, cujos limites geográficos são difíceis de definir.

Mas a questão persiste. Por que, em nosso *métier* alguns estudos são qualificados como “regionais”, ou voltados às “dinâmicas regionais” ou às “perspectivas regionais”, e outros não? Muitas vezes, a questão surge também entre especialistas e seus congressos, que a partir do *habitus* utilizam tais classificações atribuindo-as a estudos que se referem aos estados do Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina, Espírito Santo, Goiás e Paraná, Amazonas etc., sem se darem conta de que, ao fazê-lo, reproduzem um poder. Ou seja, a questão parece um tanto quanto naturalizada entre nós, confundindo-se, de saída, o recorte regional (espacial) com a problemática de pesquisa e com o próprio fazer histórico. Será que os estudos desenvolvidos acerca destes espaços se valeram, **de fato**, de perspectiva dita “regional”? Existe isso? Difícil afirmar peremptoriamente. Por um outro prisma, mas ainda na mesma crítica, quando se parte do referencial teórico ligado às ciências econômicas, que manejamos por **dever** de ofício no campo da História Econômica, e estabelecendo-se o diálogo entre o geral (universal) e o particular (específico) será que o fluxo circular da renda (Schumpeter), ou a acumulação ampliada de capitais (Marx) ou mesmo o efeito multiplicador (Keynes) suportariam perspectivas ditas regionais? Provavelmente não, muito embora seja possível manejar a perspectiva de totalidade a partir de problemáticas

---

3 DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. São Paulo: Paz e Terra, 1976; STEIN, Stanley J.. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

bem elaboradas e com recortes espaciais à jusante bem delimitados, além de trabalho teórico-metodológico sólido, como nos exemplos vistos acima.

## O recorte regional

O que é região? Ora, região é um lugar que não existe, e que passa a existir a partir dos critérios definidos pelos pesquisadores e chancelados por determinado campo do saber. Em uma perspectiva global, a América do Sul, a África Subsaariana e os Bálcãs são três regiões distintas em três continentes. Na América do Sul temos a região do Prata, dos Andes e da Amazônia, que englobam diferentes grupos de países. O Brasil, como é amplamente conhecido, está dividido em cinco grandes regiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. A região sul é composta por três estados: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Selecionando o estado de Santa Catarina, podemos identificar seis mesorregiões: Sul, Grande Florianópolis, Vale do Itajaí, Norte, Planalto Serrano e Oeste. Cada mesorregião está subdividida em microrregiões. No Sul catarinense temos a região de Laguna, a Carbonífera e o Extremo Sul. A região Carbonífera possui Criciúma como cidade polo que, por sua vez, para efeitos de planejamento, tem a sua área urbana dividida entre três regiões: Centro, Grande Próspera e Grande Pinheirinho. Portanto, um estudo sobre a Grande Próspera ou sobre a América Latina pode ser considerado história econômica regional?

Com base nesse *funil regional*, qualifiquemos a pergunta acima apresentada: o que define uma região? Partimos da premissa de que a região é definida em uma escala, do local ao global. Se pudéssemos, talvez, eleger os elementos definidores de uma região, estes seriam os *campos de aproximações convergentes*, nos quais temos o *delineamento das predominâncias* que pode ser de várias ordens: geomorfológico, econômico-produtivo, cultural, religioso, entre outros. Tendo como referência esse argumento, os campos de aproximações convergentes constituem um bom critério para se definir uma região.

Os Bálcãs, localizado no sudeste do continente europeu, formados por vários países, divergem em vários campos, destacando-se o religioso. Na sua formação socioespacial, assistimos a expansão do catolicismo, da ortodoxia e do islamismo. No entanto, as aproximações no campo geofísico – relevo montanhoso – e geopolítico – a fragmentação e as disputas territoriais – fazem dos Bálcãs uma unidade na diversidade. O Saara e a Sibéria, são duas grandes regiões que apresentam campos de aproximações dispares, no en-

tanto, se aproximam quando estabelecemos o critério da densidade demográfica, de modo que as areias do deserto e as tundras das geleiras se afastam e se aproximam.

Fora dos campos de aproximações convergentes, definidos por critérios dos pesquisadores e/ou comunidades científicas, restam apenas duas escalas: a global e a nacional. Na primeira, o critério é o próprio mapa-múndi, já na escala nacional observamos divisões definidas por regimes jurídicos fundadas em diversos fatores. No caso brasileiro os entes federados são os estados e municípios, de modo que a história econômica do Sergipe ou do Rio de Janeiro podem ser, simultaneamente, uma história econômica dita regional ou estadual. E as pesquisas sobre as cidades de São Paulo e de Vila Velha? São regionais ou municipais?

Todo acontecer humano ocorre no tempo e no espaço. Ambos são delimitados, seja no tempo longo e no espaço global, ou no tempo curto e no espaço local. Nos concentraremos no recorte espacial. Podemos definir o espaço como uma esfera da nossa existência e síntese de múltiplas determinações, uma contradição em processo. O espaço molda e é moldado pelos eventos e pelas estruturas do tempo, portanto, uma combinação e sobreposição de tempos.

As pesquisas em história econômica, como visto, demandam fundamentalmente recortes temporais e espaciais. Os acontecimentos econômicos ocorrem e circulam no espaço, e as aproximações serão definidas pelo tema (ou problema) eleito pelo(a) pesquisador(a). Dentro dos campos das aproximações e do delineamento das predominâncias (econômico, social, cultural, geofísico e outros) temos uma *escala hierárquica* que revela a sua *capacidade de comando* em imprimir ritmos e impactos diferenciados.

Tendo essas categorias de análise definidas, pode-se indicar que a espacialização do tempo necessariamente exige um recorte. Mesmo sendo nacional, a definição das aproximações irá conduzir os(as) pesquisadores(as) a um delineamento de predominâncias circunscritas a espaços diferenciados, portanto, o regional está dentro do nacional. A história econômica do Brasil tem com unidade de análise o território brasileiro e seus 8,5 milhões de km<sup>2</sup>, no entanto, a sustentação do argumento torna-se possível quando a unidade é fragmentada em regiões: economia aurífera, drogas do sertão, complexo cafeeiro e a pecuária do vale do rio São Francisco. Em síntese, a história econômica do Brasil é formada por histórias econômicas regionais, uma unidade na diversidade, o que nos leva a pensar que toda história econômica tem algo de regional.

A questão não é o método, mas sim, de onde partem os estudos de história econômica: das regiões centrais ou das periféricas? A história econômica das ferrovias paulistas é uma história dos transportes ou uma história regional? A história das estradas de Tocantins é uma história dos transportes ou uma história regional? A história de uma indústria siderúrgica no Rio de Janeiro estaria situada no campo da história de empresas ou seria uma história regional? A história da colonização germânica na serra capixaba é uma história regional? Difícil dizer. Uma está contida na outra, e a sua classificação está relacionada com aspectos institucionais e acadêmicos de quem a classifica, de modo que tal resposta nos remete a uma reflexão sobre a *hegemonia acadêmica*, e não sobre se se trata de uma história regional ou não.

## História regional (e local) ou hegemonia acadêmica?

A classificação de “história econômica regional” é dada pelo problema de pesquisa ou pelo recorte espacial? Vamos imaginar as duas possibilidades: pelo primeiro, a pergunta seria: qual seria o tema (ou problema) de um estudo de história econômica regional? Indústria, transportes, trabalho, finanças ou comércio? Pelo segundo, a pergunta seria: qual a extensão do recorte? Cidade, município, macrorregião ou estado? Podemos classificar a história econômica de uma cidade com “local” ou isso dependeria de qual cidade seria estudada? Nesse sentido, um estudo sobre a expansão industrial de Blumenau entre 1920 e 1940, poderia ser classificado como (i) história econômica regional ou (ii) história industrial? Caso a resposta seja a primeira opção, então, poderíamos classificar a obra de Eulália Maria Lahmeyer Lobo, *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*, também como história econômica regional? Se sim, por que não o é? Se adotássemos a denominação “local” para histórias municipais, esta obra se encaixaria nessa denominação, no entanto, essa referência nunca foi classificada como regional e muito menos como local, mas sim apenas como História Econômica, considerando a área de conhecimento aqui discutida.<sup>4</sup>

Uma pesquisa sobre o cultivo da mandioca no oeste mineiro em meados do século XIX deveria ser classificada hoje de que forma? Qual seria a subárea e

---

<sup>4</sup> LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

a mesa mais apropriada para submetê-la a um congresso: “História Econômica do Império” ou “História Econômica Regional”? Ou, se fôssemos reeditar o livro de Alice Piffer Canabrava, *O desenvolvimento do algodão na província de São Paulo: 1861-1875*, ele seria publicado na coleção “Estudos Regionais” ou na coleção “História Econômica”? A autora realizou diversas pesquisas sobre São Paulo, inclusive sobre diversos municípios paulistas (Piracicaba, Santana do Parnaíba e Cananéia), entretanto, nunca fora reconhecida como uma historiadora de estudos regionais e locais. Em outros estudos clássicos, tais como *O comércio português no rio do Prata 1580-1640* e *A indústria do açúcar nas ilhas inglesas e francesas no mar das Antilhas 1697-1755*, além da periodização, Canabrava promoveu recortes espaciais bastante específicos, o Prata e as Antilhas, duas regiões localizadas na América Latina. Teria a autora praticado a história regional?<sup>5</sup>

Retomando com um exemplo acima listado, referindo-nos a Maria Bárbara Levy, que publicou diversos artigos e livros tendo como cenário a cidade do Rio de Janeiro, tais como *As tarifas de energia elétrica na composição dos custos industrial na cidade do Rio de Janeiro no início do século* e *A Indústria do Rio de Janeiro através das sociedades anônimas*<sup>6</sup>, e valendo-nos da tabela de áreas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Qual seria a sua classificação? Seria a área 6.03.01.04-o História Econômica, ou seria a área 6.05.01.04-9 História Urbana? Ou seria a área 7.05.05.03-9 História do Brasil República? Que tal a área 7.05.05.04-7 História **Regional** do Brasil? Enfim, são estes os imbróglis estabelecidos quando a particularidade do conhecimento histórico e as nuances de Clío<sup>7</sup> são subtraídas e hegemônicas a fim de se definir o que é “regional”, o que é “perspectiva regional”, o que é estudo regional”, e o que **não** é.

---

5 CANABRAVA, Alice Piffer. *O desenvolvimento do algodão na província de São Paulo, 1861–1875*. São Paulo: Edusp, 2011; CANABRAVA, Alice Piffer. *O Comércio Português no Rio da Prata, 1580-1640*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1944 e CANABRAVA, Alice Piffer. *A indústria do açúcar nas ilhas inglesas e francesas do mar das Antilhas: 1697-1755*. Tese, Universidade de São Paulo, 1946.

6 LEVY, Maria Bárbara. *As tarifas de energia elétrica na composição dos custos industriais na cidade do Rio de Janeiro no início do século*. In: *Anais do 1º. Seminário Nacional de História e Energia*. São Paulo: Departamento de patrimônio histórico da Eletropaulo, 1987; LEVY, Maria Bárbara. *A Indústria do Rio de Janeiro através...*

7 Filha de Zeus e Mnemosine, é uma das nove musas da mitologia grega, considerada Musa da História.

Ainda com as dúvidas e valendo-nos da classificação acima utilizada, como poderíamos definir o livro *Raízes da concentração industrial em São Paulo*, de Wilson Cano, ou o livro *Uma ferrovia entre dois mundos*, de Paulo Roberto Cimó Queiroz, ou a pesquisa de Anderson José Pires intitulada *Café, Finanças e Bancos: uma análise do sistema Financeiro da Zona da Mata em Minas Gerais (1889/1930)*, ou mesmo o estudo de Siméia do Nazaré Lopes sobre o Pará em *As rotas do comércio do Grão-Pará: negociantes e relações mercantis (c.1790 a c.1830)*? Qual deles poderia ser classificado como História Regional do Brasil? Em nossa opinião, os quatro.<sup>8</sup>

Portanto, a questão central que se coloca não é se a temática ou o recorte espacial irão definir um estudo, um livro ou uma pesquisa como um esforço de “história econômica regional”, mas sim a origem de onde parte essa classificação e quem a define. Essa classificação “regional” ou “local” parece assumir, muitas das vezes, a denotação de uma história menor, e assume quase um caráter depreciativo quando a comparamos com estudos ditos “de abrangência mais ampla”. É como se o centro acadêmico hegemônico, a partir de seu *poder simbólico acadêmico*, produzisse história econômica, e os demais, periféricos, por suposição, história econômica regional ou local. Pode se tratar de uma *entropia institucionalizada*, ainda mais em face dos avanços ao nível das fontes e do método.

## Considerações Finais

Para além de filigranas historiográficas, vimos que a definição da dita História Regional é perpassada por certo poder simbólico acadêmico, que leva algumas pesquisas a serem classificadas como tal, e outras não, envolvendo-se assim a impressão de tratar-se de uma história menor, periférica, o que, certamente, não se sustenta e não vem ao caso: ou assumimos que todos os historiadores(as) praticam recortes espaciais e que, portanto, praticam de alguma forma a dita História Econômica Regional, ou assumimos que não, que

---

8 CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Vol. 53. São Paulo: Difel, 1977; QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a EF Noroeste do Brasil na construção histórica de Mato Grosso (1918-1956)*. Campo Grande: Editora Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2011; PIRES, Anderson. *Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930*. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH, USP, 2004; LOPES, Siméia de Nazaré. *As rotas do comércio do Grão-Pará: negociantes e relações mercantis (c. 1790-c. 1830)*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

essa classificação simplesmente não faz sentido, e que nenhum historiador(a) a exerce.

O exercício da História (história de...) envolve o fato de que uma proposta científica é exclusivamente validada por razões intrínsecas ao nível da teoria, dos métodos e dos procedimentos, tidos como consistentes, que promovem a sua particularidade (algo próximo da neutralidade axiológica nos termos de Max Weber). Disso decorre o fato de que não existe História sem teoria, sem hipóteses, sem fontes, sem reconstituição e verossimilhança (o possível), sem uma problemática, sem **recorte** espacial e sem periodização. O recorte espacial não deve ser erroneamente entendido como história regional, trata-se de uma ferramenta do *métier d'Historien*, sem a qual vaga-se sem rumo pelo passado; é uma bússola, um orientador, definido a partir de critérios lógicos construídos pelo pesquisador(a). A “região” não pode ser um dado exógeno, não problematizado e naturalizado, ainda mais, sobretudo, entre os especialistas. Não cabe viés positivista à questão, e é necessário que isso seja compreendido visando-se à discussão de certas hierarquias do saber estabelecidas no *establishment* da História Econômica.<sup>9</sup>

A reflexão sobre a história econômica dita regional é fundamental, pois vem à baila em questões estratégicas para o país, tais como a BNCC – Base Nacional Curricular Comum, do Ministério da Educação e a urgente necessidade de retomada de um processo de desenvolvimento socioeconômico na difícil quadra em que nos encontramos. Em relação à base curricular, é importante destacar que os conteúdos relacionados à História no ensino fundamental têm início a partir da história da família, da escola, do bairro, da cidade, da região na qual a criança reside, partindo-se do pressuposto de que estes elementos, a partir da comparação, da contextualização, da interpretação e da análise, auxiliarão na formação da consciência dos alunos, bem como de perspectivas fundamentais à compreensão da história nesta fase da vida, como, por exemplo, “reconhecer a história como resultado da ação do

---

9 A própria etimologia explica a questão: “A noção de região, por exemplo, tem origem militar, vem do latim *regione*, e nomeava originalmente uma área sob o comando, que vem da palavra latina *regere*, de uma dada força militar, de uma dada legião romana, de um regimento. Ela se confunde, muitas vezes, com a noção de província, que vem do latim *vincere*, ou seja, território vencido ou habitado por povos vencidos, submetidos ao domínio romano. Mais tarde, nos finais da Idade Média, com a progressiva centralização do poder, região passa a ser o território, a área sob o domínio do rei, do latim *regio*, aquele que rege, que comanda, que governa. A palavra região remete, pois, a comando, a domínio, a poder”. ALBUQUERQUE JÚNIOR. Duval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de Região. In: *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008., p. 57.

ser humano no tempo e no espaço, com base na identificação de mudanças e permanências ao longo do tempo”(BNCC, 2017, p. 412). Assim, considerando os usos da história dita regional nas séries iniciais, faz-se necessário que o campo avance em seu entendimento, de modo a municiar essa importante tarefa desenvolvida pelos professores de História nas redes de ensino fundamental e médio, sejam elas públicas ou privadas. Este aspecto por si só já seria suficiente para afrontar qualquer pressuposição de “menoridade” da história econômica dita regional, visto que vinculada diretamente com a formação de novas gerações.

Contudo, há outra questão estratégica e urgente ao país, que é a necessidade de definição de um projeto de desenvolvimento capaz de superar as mazelas da sociedade brasileira, gerando empregos, ampliação da renda, redução da desigualdade e melhoria geral das condições de vida num contexto de demanda crescente por matrizes energéticas sustentáveis, de inovação tecnológica frenética (*big data*, Inteligência Artificial) e de qualificação profissional à altura deste desafio, o que passa necessariamente pela educação (vide os objetivos de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas – ODS/ONU). Tal projeto demandará o reconhecimento de possibilidades e de potencialidades de desenvolvimento humano que levem em consideração a valorização de suas particularidades e especificidades (alteridade), o que envolve a sua formação, origem (migrações) e classe social, em combate ao racismo e ao preconceito e à exclusão de qualquer ordem. Este projeto deverá também incorporar a questão da preservação da natureza (tema a ser mais explorado pela história econômica) e de reconhecimento dos povos originários e seus saberes.

Uma concepção apriorística e naturalizada do que venha a ser a história econômica dita regional em nada combina com estes desafios. Trata-se de entropia, elevada ao nível de colocar em desuso qualquer acento “cosmopolita”, ou, o que é pior, referendá-lo apenas em *guetos* cada vez mais insignificantes.

Engana-se quem pensa que a História trata do passado. Clio sempre se recria e se repõe a partir do presente, com vistas à constituição de um projeto para o devir. O futuro, se é que temos algum, passa pelo reconhecimento e valorização do saber histórico e da produção humana em distintas escalas. Afirmando aqui que a história econômica dita regional não é uma história menor, simplesmente porque é, também, história econômica.

## Referências Bibliográficas

ABREU, Capistrano. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. São Paulo: Editora da USP, 1988.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Duval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de Região. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008.

BOURDIEU, Pierre. 2. Ed. *O Poder Simbólico*. Portugal: Edições 70, 2011.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Vol. 53. São Paulo: Difel, 1977.

DEAN, Warren. **Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

LEVY, Maria Bárbara. **A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas: esboços de história empresarial**. Vol. 31. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994;

LEVY, Maria Barbara. **História da bolsa de valores do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ibmecc, 1977.

LOPES, Siméia de Nazaré. As rotas do comércio do Grão-Pará: negociantes e relações mercantis (c. 1790-c. 1830). Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base Nacional Curricular Comum. História. 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em 18 de julho de 2023.

PIRES, Anderson. **Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930**. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH, USP, 2004.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **Uma ferrovia entre dois mundos: a EF Noroeste do Brasil na construção histórica de Mato Grosso (1918-1956)**. Campo Grande: Editora Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2011.

REVEL, Jacques. (org). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. **A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira 1850-1930**. Vol. 21. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. **As ferrovias de São Paulo, 1870-1940**. São Paulo: Editora Hucitec/INL – MEC, 1981.

STEIN, Stanley J.. **Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

VEYNE, Paul. (4. ed.) **Como se escreve a História; Foucault revoluciona a História**. Brasília: Editora da UnB, 1998.

Recebido em 20 de setembro de 2024  
Aprovado em 03 de outubro de 2024  
AUTORES CONVIDADOS